



**SARDOAL**  
MUNICÍPIO

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA N° 3/2025**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

29 DE ABRIL DE 2025

**PRESIDENTE:** Miguel Mora Alves

**1° SECRETÁRIO:** Alcina Almeida

**2° SECRETÁRIO:** Rita Navalho

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Período Antes da Ordem de Trabalhos**

**Intervenção do Público**

**Ordem de Trabalhos**

- 1. Aprovação da ata da sessão anterior;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Relatório de Execução 2024 do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – PMIND;**
- 4. Alteração orçamental modificativa - Revisão nº 2/2025;**
- 5. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2024 – Aprovação;**
- 6. Proposta da Conta gerência do ano de 2024.**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Marta Tavares Gomes, Joaquim António Lopes Serras, Rui Valente, Dora Grácio, Fernando Cascalheira Vasco, Marcelo Serras, Rita Margarida Passarinho Navalho, César Filipe Gonçalves Marques, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Adriano Martins, Victor Júlio Outeiro Morais, Alcina Manuela B. P. Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, Dora Maria Lavrador Santos, Duarte Nuno Alves Batista. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque e Patricia Silva. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião agradecendo e parabenizando os deputados municipais, pela sessão realizada no dia 25 de abril, uma sessão bonita e dignificante daquele dia. -----

Fez referencia à Semana Santa, agradecendo a todos os sardoalenses que mantêm a tradição viva, que a todos entusiasma desde, desde os mais pequenos aos mais velhos. ----

Parabenizou também todas as associações, o município e as juntas de freguesia que intervieram, sendo o saldo muito positivo e o Sardoal continua a ser referência nos meios de comunicação. -----

Informou que o requerimento apresentado por uma munícipe na última assembleia municipal foi entregue ao executivo camarário, que remeteu para o Gabinete Jurídico, estando os tramites legais a decorrer. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou ter sido enviado o documento para o Gabinete Jurídico para que este fizesse uma análise mais fina com olhar jurídico. -----

Ainda sobre o 25 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia salientou o magnifico programa do Municipio, em conjunto com as associações e juntas de freguesia, pois existe um programa construído, não só para aquele dia. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adriano Martins, que parabenizou o Municipio pela Semana Santa, manifestando o seu apreço por ver o Sardoal vivo naquela quadra. -----

Parabenizou também a Associação de Jovens pelo festival de Curtas-metragens e à FUS, pelo magnifico concerto da Páscoa, e ao Grupo Desportivo de Alcaravela pela sua vitoria e passagem aos quartos de final no campeonato que esta a disputar. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos que começou por congratular o município pela reabilitação do espaço da biblioteca e pela riqueza programática, sendo um novo ponto de atratividade cultural, com novo horário e excelentes eventos proporcionando uma nova centralidade à vila e servindo melhor os estudantes. -----

A Senhora deputada referiu a atribuição de cerca de 1000000 de euros para o projeto, Condomínios de Aldeia, e que apesar de este projeto não ser obrigatório, o Município decidiu integrá-lo por entender que investir na requalificação da floresta é protegê-la, sendo uma mais-valia, a substituição do solo florestal por solo agrícola, que protege melhor as populações dos fogos florestais, parabenizando o município por essa candidatura e mais-valia financeira. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia, começando por se associar aos parabéns dados, sobre a Semana Santa e concerto da FUS, sinal de que se vão mantendo as tradições, deixando memórias que devem ser preservadas. -----

Fez referencia à reunião havida da Assembleia Intermunicipal, na semana anterior, na qual foi aprovado o relatório de contas, com um orçamento corrigido, final de 17, 4 milhões de euros, havendo um grande investimento da CIMT na mobilidade enquanto autoridade de

mobilidade e transportes, sendo mais 8000000 de euros investidos em transporte, ajustando a oferta à necessidade das pessoas. -----

O Senhor deputado questionou qual o ponto de situação do pavilhão da escola, porquanto quando chove muito, deixa entrar água, e para quando será intervencionado. -----

Disse ainda o Senhor deputado que na escola nova também têm acontecido episódios semelhantes com a água, questionando o que está a ser feito. -----

Questionou também sobre o ponto de situação dos prédios da Tapada da Torre, e considerando que a empresa que está a fazer aqueles trabalhos é a mesma empresa que, será adjudicada à obra da creche, o Senhor deputado questionou até que ponto o Município está consciente e preparado para uma obra de mais de 1000000 de euros com esta empresa, considerando que houve coisas que correram menos bem nas obras dos prédios. -----

Questionou também qual o ponto de situação das obras das passagens hidráulicas da Serra de Alcaravela e, apesar de ter sido aberta a passagem a viaturas, a estrada não se encontra em boas condições. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, associando-se às palavras referidas anteriormente sobre a Semana Santa, referindo que a Câmara Municipal complementa aquilo que é a génese da Semana Santa, que é todo o envolvimento das Comunidades, da Igreja, tudo aquilo que é a história do Concelho, a sua tradição. -----

A Câmara apoia, ajuda e promove porque é também um potencial turístico do Concelho, que poderá ajudar a desenvolver a economia local, parabenizando todas as entidades que se associaram para a realização da Semana Santa. -----

Sobre as passagens hidráulicas, referiu ter sido uma opção abrir a estrada, que está devidamente sinalizada, havendo a alternativa de outro percurso. -----

Informou que de 12 a 16 de maio, seria colocado o asfalto e depois a estrada seria aberta sem restrições. -----

Sobre a obra da creche, disse ter havido um concurso público, havendo dois concorrentes, um dos quais teve um problema administrativo, não podendo ser admitida, sendo assim a obra adjudicada à empresa que está com as obras dos prédios da Tapada da Torre. -----

O Senhor Presidente referiu existirem diferenças entre as obras, porquanto nos prédios, existem pessoas que lá moram, o que é um constrangimento e, a creche será construída de raiz. -----

Referiu que o contrato será cumprido sendo desejável que não haja incumprimentos, no que concerne a prazos alongados. -----

Sobre infiltrações na escola, o Senhor Presidente referiu não ter conhecimento de outros locais, que não seja o pavilhão da escola, situação esta que não pode continuar, a Câmara tem tido alguma tolerância, comunicando as situações por telefone, a empresa tem vindo a efetuar reparações sempre que é necessário, tendo a empresa sido notificada por escrito para corrigir de vez esta situação, porque são muitas pequenas situações, e a obra tem de estar preparada para quando chove muito, e estes casos sucessivos não podem continuar a acontecer e se não for corrigido como deve ser, existem outros mecanismos legais que protegem o dono da obra, que podem ser acionados. -----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Interveio o munícipe, Senhor Manuel Anastácio, referindo existir uma situação no Município, relativamente ao seu imóvel, o qual foi danificado devido a outras obras, consideradas por si, duvidosas, tendo informado a Câmara e apresentando várias reclamações, não tendo obtido até aquela data, qualquer resposta. -----

O munícipe referiu também ter feito reclamações no livro de reclamações, e nas datas em que o fez, as mesmas estavam chanceladas pelo antigo presidente da Câmara, Fernando Moleirinho, o que considera ser uma irregularidade. -----

Questionou se a toponímia e o número de policia do Município está atualizado pois pelas suas pesquisas e, pelo que está escrito em Diário da República, a ultima alteração foi em 2003. -----

Disse também que as obras ilegais, adjacentes ao seu imóvel, alteram o número de policia do imóvel, tendo a Câmara sido alertada. -----

Questionou também porque não tem acesso às suas plantas originais do seu imóvel, se paga o IMI, tendo obtido respostas de que não há, ou desapareceram. -----

Referiu que o Município, dentro deste processo, está a ser conivente com a outra parte, pois já pediu relatórios de verificação da obra e a resposta foi nada. -----

Sobre os números de policia, disse que os senhores os alteraram conforme lhes apeteceu, tendo a Câmara sido informada e até aquela data nada foi feito, havendo contratos de habitação nesse imóvel para um número que não condiz com o número de policia que foi colocado na porta, solicitando que esta situação lhe seja explicada, dado não ter qualquer resposta da Câmara sobre estes assuntos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que os documentos entregues pelo munícipe serão entregues ao executivo camarário. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que este assunto não tem sido fácil, tendo o Município dado algumas respostas ao munícipe, tendo inclusive

conversado com o munícipe numa das vezes em que este estava no balcão único, tendo visto o seu ponto de vista, tendo sugerido que promovesse uma reunião com o Presidente da Câmara, com o Chefe de Divisão das Obras e com o advogado do munícipe, a qual ainda não aconteceu e, na sua opinião poderia ser esclarecedora para as partes, mantendo a sua disponibilidade para se realizar a reunião, com o advogado do munícipe, para que ele perceba a parte do Município. -----

Disse ainda o Senhor Presidente haver neste processo, situações, que não são todas do Município, na sua opinião, algumas têm a ver com o relacionamento entre vizinhos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara que referiu estar a tratar-se de um escrutínio dos serviços do município e para que haja um julgamento das situações, há que haver um conhecimento de todas elas, não tendo ele próprio (o vice-presidente) todos os dados dos processos, quanto mais outras pessoas terão, não tendo sido apresentado todo o enquadramento do processo, para que se perceba na integra a situação. -----

Referiu ainda que a situação de obras num imóvel tem duas situações distintas, a legalidade dessas obras e o impacto que podem ter, quer na via pública, quer nos imóveis confinantes e em ambos tem de ser sempre entre as duas partes envolvidas, se for entre vizinhos terá de ser resolvido entre os dois sem qualquer intervenção do município em que a intervenção técnica não tem necessariamente de ser do Município, sendo um problema entre privados, o Município não tem qualquer intervenção, a qual só ocorre sobre a legalidade dessas obras. -----

Sobre o livro de reclamações e a questão da chancela existente, disse que terá de ser visto e se for caso disso, a situação será regularizada. -----

No que concerne à toponímia e números de policia, referiu que a primeira é competência da Câmara Municipal e os números de policia, a competência está delegada no Presidente da Câmara ou no vereador do pelouro, sendo efetuado num planeamento de números de policia existente, de todas as vias publicas do Município. -----

Sobre o caso em apreço, referiu ter havido correspondência de resposta entre o Município e o munícipe, e sobre os números de policia atribuídos pelo Município, existem situações em que os mesmos tiverem ocorrido há mais de 40 anos, poderá não existir, sendo que o que vale, não é o que a pessoa compra e coloca na porta, mas sim se houver uma carta do Município a indicar qual é o número da habitação. -----

No que concerne às plantas originais da casa, disse que, se as mesmas existirem no Município, o munícipe terá direito a tê-las. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu que o requerimento apresentado será encaminhado.

## **ORDEM DE TRABALHOS**

### **1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;**

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **2. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C) DO NRO. 2 DO ARTIGO 25º, DA LEI NRO. 75/ 2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento informa sobre o trabalho do Município, mencionando o aumento da dívida e justificando o mesmo, manifestando a sua disponibilidade para as questões que os deputados queiram ver respondidas. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2024 DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO – PMIND;**

O Senhor Presidente da Câmara informou que o documento era para tomada de conhecimento, tendo sido aprovado pela equipa para a igualdade na vida local, prestando informações sobre a importância do mesmo. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **4.ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - REVISÃO Nº 2/2025;**

O Senhor Presidente da Câmara informou que o documento está relacionado com a aprovação do projeto Condomínio da Aldeia, no valor de 481000€, e que obriga à sua inclusão no orçamento e gera a revisão ao orçamento e às grandes opções do plano. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração Modificativa - Revisão nº 2/ 2025 ao Orçamento com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e o nro.4, do artigo 41, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

### **5.INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024 – APROVAÇÃO;**

O Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua disponibilidade para qualquer questão que os deputados queiram ver respondidas. -----

Considerando o disposto na alínea i) do nro.1 do artigo 33º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como o nro. 2 do artigo 27º do mesmo diploma, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e o nro.4, do artigo 41, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

#### **6.PROPOSTA DA CONTA GERÊNCIA DO ANO DE 2024.**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o relatório de gestão espelha a atividade do Município no ano de 2024, sendo um ano de conclusão de alguns projetos importantes, estruturantes e também o início de outros também importantes e estruturantes e de uma atividade que continua a ser regular, em que se tem conseguido fazer investimento, dando resposta à lógica dos fundos comunitários de um quadro comunitário, cujos avisos vão aparecendo sem que se tenha alguma palavra a dizer sobre isso, mas o Município tem de estar sempre preparado para poder concorrer de acordo com os seus propósitos, a sua estratégia e os interesses o Concelho e até para nossa região, porque área de intervenção vai muito para além dos 92 km<sup>2</sup>, com a importância do orçamento da Comunidade Intermunicipal, no qual está uma boa parte do nosso município, porque o Sardoal faz parte dos onze concelhos da CIMT. -----

Referiu que relatório de gestão apresenta uma diminuição da dívida total no valor de 650000€ aproximadamente, havendo uma diferença positiva em relação ao ano anterior.

O documento espelha o conjunto de intenções feitas, tendo havido um trabalho prévio dando como exemplo, os 11000000€ da OIGP, que, não estando espelhados neste orçamento, foi um processo e um trabalho pois está a falar-se de contas, mas também de atividades, processo este que se levou a bom porto no final de mês de dezembro. -----

Referiu a assinatura do protocolo no âmbito da proteção civil e o projeto da floresta, das aldeias e pessoas seguras, o programa para o voluntariado as AIGPs. -----

Mencionou o Radar Social, uma parceria com o Estado, e a continuação do CLDS 5G, que terá um projeto de trabalhar com desempregados. -----

Informou que o prazo médio de pagamento de 81 dias, referindo a diferença em relação ao ano transato. -----

Disse que este, tirando o período de Covid, é o melhor ano, começando pela gestão do que se faz, opções em termos financeiros, havendo opções estratégicas para as quais se obteve financiamento, mas também porque se acredita nelas e na sua importância. -----

Referiu a evolução positiva da liquidez que se reflete em cerca de 1000000 de euros em relação ao ano anterior. -----

Mencionou ainda a questão do princípio do equilíbrio, o qual é injusto para um município como o Sardoal, dando como exemplo a creche municipal, que é uma obra de cerca

1000000 de euros, com a comparticipação do Estado de 150000 EUR o município precisa de 850000 EUR, para fazer a obra, e na sua opinião, não há dúvidas, sobre a generosidade de se construir uma creche no município, mas não há outra forma de ir buscar os 850000 EUR sem ser através de empréstimo bancário, acontece que aquilo que é um investimento, é uma despesa de capital, é uma mais-valia para o Concelho, mas pelo facto de obtenção da componente nacional ser através de financiamento bancário, já não é despesa de capital, passa a ser despesa corrente, o que provoca este desequilíbrio. ----- Poderia não se fazer a creche, a escola a biblioteca, assim como as passagens hidráulicas, para as quais teve se fazer empréstimo bancário. ----- Na sua opinião não é o justo, o facto de ao se fazer obras importantes para o Município através de empréstimo bancário, passar a ser despesa corrente e não despesa de capital, sendo muito difícil o equilíbrio, contudo é uma opção assumida e estratégica, e, não fazer, era deixar de ter esses equipamentos, o que não seria uma boa política. ----- Continuou referindo que os maiores gastos e investimentos são na área da educação, seguido pelos os serviços normais da administração geral, depois o património cultural e ciência, seguido da área da proteção civil com cerca de 107000 € e, comparando com Municípios que não têm profissionais no âmbito da administração local, e que não têm este investimento, o Sardoal pertence ao grupo de 25 municípios que tem bombeiro profissionais. ----- Referiu o aumento significativo das receitas da derrama, que em 2021 foi de 35000€ e em 2024 foi de 54000€ de imposto cobrado o que significa que as empresas tiveram um resultado positivo muito interessante. ----- Foi dada a palavra ao Senhor deputada Adérito Garcia, que referiu haver números que merecem ser realçados, começando pelo resultado líquido negativo e para este valor, contribuiu também algumas verbas que foram rateadas nalguns projetos, relativos à Biblioteca na ordem dos 400 mil euros. ----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu ainda não estar incluído no documento, informando que em relação à Biblioteca a Autarquia já tinha, entretanto, recebido cerca de 140 mil euros, faltando ainda receber cerca de 170/ 180 000€ do Ministério da Educação em relação à escola. ----- Continuou o Senhor deputado, referindo-se ao prazo médio de pagamento, questionando o porquê destes prazos, porque olhando para a fórmula e a forma como como o rácio é construído, valores de faturas de maior valor tendem a pesar mais na construção do resultado desse rácio, perguntando onde é que as faturas demoram mais tempo para que

se possam pagar, pois existem referencias de municípios que têm outros prazos, uns mais rápidos que outros, na sua opinião é importante perceber-se a realidade do município para se conseguir avaliar se este prazo é razoável ou que até possa ser muito bom e para se ver se estes prazos de pagamento podem ser otimizados. -----

Referiu que as despesas com pessoal são 57% da despesa corrente, havendo um acréscimo, devido às atualizações salariais. -----

As receitas próprias do município a representam 8% das receitas totais. havendo um ligeiro acréscimo, mas continua a depender-se das receitas transferidas pelo Estado central. -----

Sobre o passivo de curto prazo, é quase de 2,7 milhões de euros e desse tem-se cerca de 1000 000€ a fornecedores havendo empresas locais às quais de se deveria ter atenção pois impacta diretamente na economia local. -----

Referiu o passivo total de 9000800€, em comparação com o passivo total em 2012, de 7400099€ atualizando a valores daquele dia, seria está-se ligeiramente acima. -----

Sobre a questão do desequilíbrio orçamental questiona, se, com a amortização dos valores dos empréstimos das obras, são anualmente acrescidos em despesas de capital, ou neste caso, em ativos, pois existe um processo semelhante nos benefícios fiscais, em alguns programas de incentivo às empresas podendo ser idêntico. -----

Referiu que a bancada do PS teria investido mais no desenvolvimento do concelho e das populações considerando que 12 anos depois o Parque Industrial está igual, o Parque de Negócios de Andreus não passou do projeto. -----

Sugeriu que se analisasse um estudo feito de uma entidade em que participou o ISCTE Barómetro do Desenvolvimento Local, que analisa vários índices, e os resultados para o Sardoal nos principais indicadores numa graduação de 1 a 5, tendo um dos piores desempenhos dos concelhos do Médio Tejo. -----

Que continua a ter graves problemas de equilíbrio orçamental, que não consegue atrair pessoas, e em 12 anos perdeu população. -----

Referiu que o acréscimo do pagamento de derrama foi na área imobiliária. -----

Sobre o PDPM não se conseguiu chegar a bom porto, o aproveitamento da Barragem da Lapa e a Casa dos Almeidas continuam à espera de melhores dias. -----

O Senhor deputado fez ainda referencia ao relatório dos ROC questionou sobre uma norma contabilística relativa à análise de custos se ainda não está em condições de utilizarem plenitude, e que está em vigor desde 2021. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu não ser uma questão política, mas técnica, não sendo ainda possível fazer assim. -----

Referiu o Senhor Presidente que a Biblioteca foi feita, mas não era prioridade para o PS, assim como o centro Cultural, contudo está feita e é um instrumento fundamental para o concelho. -----

Sobre os trabalhadores referiu que o aumento se deveu ao aumento de vencimentos e não ao aumento de trabalhadores. -----

Referiu que o passivo relativamente ao de 2021 poderia ser mais baixo se não se tivesse feito obra, considerando que de 2009 a 20212, o Município não teve uma única obra, não teve investimento, não houve quadros comunitários, sendo o valor inferior ao de agora. ----

Sobre receitas, impostas, bastaria ter-se um IMI diferente, convidando o PS a fazer a proposta de aumentar o IMI. -----

Disse ter sido referido o espaço empresarial, mas não ter sido referido o Espaço Empreende, um investimento de 1000000€, que irá começar em breve, no antigo Centro de Saúde, e é um investimento e desenvolvimento económico, e relacionado também com o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, que fez com que houvesse um aumento de procura para se instalarem empresas no Espaço Empreende, já tendo sido lançado o concurso público para o mesmo. -----

Sobre o aumento da população, disse estar a subir através de uma estratégia diferenciadora e que está a apresentar resultados. -----

Sobre o prazo médio de pagamento disse que a conferência das faturas ou dos autos é rápido, e o Município até adianta dinheiro do seu orçamento, da sua liquidez, que deveria vir do IRHU, sendo justo que se verifique as dívidas a terceiros havendo diferença em relação ao ano anterior. -----

Disse também que as empresas do concelho são residuais e são valores muito baixos, para outras empresas com valores maiores, o Município vai pagamento e existem acordos de pagamento. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para solicitar que o Senhor Presidente da Câmara clarifique a demora de 81 dias do prazo médio de pagamento às empresas. ----

O Senhor Presidente respondeu que bastaria ir à Informação do Presidente da Câmara, na qual se encontra a fórmula legal aplicada para aplicação dos dias. -----

O Chefe de Divisão Administrativa e financeira prestou informações sobre o assunto. -----

A Bancada Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

*“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia,*

*Iniciamos em dezembro passado o período de encerramento deste ciclo político: a última discussão e aprovação dos documentos previsionais, há poucos dias a última celebração do 25 de Abril deste ciclo político, e hoje a discussão e votação da última Prestação de Contas.*

*O resultado hoje apresentado, não surpreende, tendo por base os resultados do 1º semestre do ano.*

*Em termos gerais, o ano de 2024 resulta em:*

- Resultado Líquido do exercício: - 329.921€, ou seja, continuou-se a gastar mais do que seria possível;*
- Prazo médio de pagamento a fornecedores de 81 dias;*
- Despesas com pessoal de 4,634 M€, 57% da despesa corrente;*
- Receitas próprias de pouco mais de 8% das receitas totais, 58% das quais referentes a impostos cobrados centralmente;*
- Passivo de curto prazo, ou corrente, de 2,679 M€, dos quais mais de 1M€ a fornecedores;*
- Passivo total de 9,807M€, mais 853k€ a mais que no ano anterior.*

*A prestação de contas de 2024 apresenta ainda um desequilíbrio orçamental de 1.572.00€, quando o limite de 5% imposto se situava nos 362.000 €. É um peso que fica para o próximo exercício, a compensação destes valores.*

*Mas mais que os números, o que importa são as estratégias e as políticas de quem ainda governa.*

*70M€ de transferências volvidas, e apesar de um conjunto de investimentos importantes em setores tais como a Educação, Turismo, Cultura, Mobilidade e vias de comunicação, o Executivo não direcionou qualquer investimento de monta para o desenvolvimento económico, do concelho e das populações.*

*12 anos depois, o Parque Industrial de Sardoal continua como sempre o conhecemos, sem lotes disponíveis, e recentemente a perder empresas. O Parque de Negócios de Andreus não passou do papel.*

*Sempre dissemos que uma parte da resolução do problema estrutural do município, a falta de receitas próprias, passava pelo desenvolvimento económico do concelho. A opção foi outra, os resultados estão à vista de quem o quiser ver: situação financeira desequilibrada, fortemente dependente das transferências do estado central.*

*Continuamos a ser dos Concelhos do país com menor índice de rendimento per capita, com menores rácios de criação de riqueza ao mesmo tempo que somos dos concelhos*

*mais envelhecidos e onde menos se nasce, não obstante dispormos de condições ímpares de habitabilidade quer em termos geográficos, quer em termos meteorológicos.*

*Por outro lado, 2024 foi mais um ano em que questões urgentes e estruturais como o Aproveitamento da Barragem da Lapa, a recuperação da Casa dos Almeidas, a Revisão do P.D.M. com a conseqüente possibilidade da expansão dos espaços urbanizáveis e industrializáveis, fulcrais na captação e fixação de residentes no Concelho de Sardoal, não viram a sua situação resolvida, nem se vislumbrou qualquer evolução significativa nesse sentido.*

*Em face do exposto, os Deputados eleitos pelo Partido Socialista, votam contra a aprovação dos documentos relativos à prestação de contas do exercício de 2024.*

*Sardoal, 29 de Abril de 2025.*

*Os Deputados Eleitos pelo PS,*

*Adérito Garcia, Paulo Falcão, Fernando Vasco, Rui Valente, Vítor Morais, Marta Tavares Gomes, Miguel Alves” . -----*

Considerando o estipulado e nos termos do disposto na al. l) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro deliberou por maioria, com doze (12) votos a favor, onze (11) da bancada parlamentar do PSD e um (1) da bancada parlamentar do PS, e sete (7) votos contra, da bancada parlamentar do PS, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano de 2024. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e o nro.4, do artigo 41, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 22 horas, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_